



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012
(Da Sra. Carmen Zanotto)

Requer informações ao Ministério da Fazenda, no âmbito da Caixa Econômica Federal, sobre vícios ou defeitos apresentados nas construções financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no inciso I, do art. 115 c/c art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encaminhar ao Senhor Guido Mantega, Ministro da Fazenda, o Requerimento de Informação anexo.

Sala das Sessões, em de novembro de 2012.

Deputada Carmen Zanotto

PPS/SC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012
(Da Sra. Carmen Zanotto)

Requer informações ao Ministério da Fazenda, no âmbito da Caixa Econômica Federal, sobre vícios ou defeitos apresentados nas construções financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

A Sua Excelência o Senhor
Guido Mantega
Ministro da Fazenda

Senhor Ministro,

Solicito a V. Exa., com base no § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, informações sobre os questionamentos abaixo especificados:

- 1) Diante das reclamações de vícios e/ou defeitos em imóveis adquiridos por meio do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV em todo o país, quais providências foram tomadas pela Caixa Econômica Federal - Caixa;
- 2) Qual é número de mutuários que recorrem à Caixa ou às Construtoras em virtude da ocorrência de vícios ou defeitos encontrados em seus imóveis e, em termos percentuais, o que isso representa em relação ao total;
- 3) A que penalidades estão sujeitas as empresas construtoras denunciadas e/ou reincidentes, inclusive, em relação aos contratos a serem realizados junto à Caixa;
- 4) Como se justifica o alto número de reclamações dos mutuários por todo o país, se o acompanhamento da obra é mensal e a Caixa efetua vistorias das obras para que sejam liberados os recursos sempre que a Planilha de Levantamento de Serviços apresenta índices de 25%, 50%,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

75% e 100%;

- 5) Quais procedimentos de fiscalização da execução das obras a Caixa deve alterar, a fim de que se tenha maior rigor e que se obtenha melhor qualidade dos imóveis financiados?
- 6) Além dos meios disponibilizados pela Caixa para que os beneficiários do PMCMV reclamarem de irregularidades na construção, há algum outro suporte oferecido pela Caixa, seja de ordem jurídica, seja de ordem administrativa, que proteja esse beneficiário das más construtoras?

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. O Programa visa reduzir o déficit habitacional e trazer mais qualidade de vida, moradia e dignidade aos cidadãos brasileiros de menor poder aquisitivo.

Para o sucesso de programas dessa natureza, é necessária a execução criteriosa e uma fiscalização eficiente de todo o processo. Entretanto, nem sempre é o que ocorre. Comumente, há ocorrências de denúncias relacionadas à baixa qualidade de execução das obras.

Em inúmeras reportagens de diversas publicações nacionais, como no jornal Pioneiro, de 28 de maio de 2012, e na Folha de São Paulo, de 14 de novembro de 2012, verificam-se relatos de mutuários insatisfeitos com suas residências. Muitos imóveis passaram por problemas estruturais. Os defeitos e vícios se acumulam: paredes rachadas, instalações hidráulicas e sanitárias ineficientes, infiltrações, mofo, dimensionamento de reservatório inadequado, dentre outros.

A deterioração de alguns conjuntos habitacionais do PMCMV é alarmante. Imóveis entregues entre 2009 e 2011 apresentam instalações elétricas defeituosas, janelas que não fecham, fissuras no teto e nas paredes, vazamento de gás, falta de fios para telefones, gesso desabando, além de outras imperfeições que se agravam com o frio e a umidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O que mais decepciona as famílias beneficiárias do PMCMV é que as moradias serão pagas em 20, 30 anos, enquanto as reformas já são necessárias com menos de 1 ou 2 anos de uso. Muitos moradores ingressam com processos na justiça porque não obtêm respostas das construtoras. Outros desistem de esperar pelas reformas e estão vendendo os imóveis.

Ao invés de termos um programa de governo criado com o intuito de facilitar a vida das pessoas, garantindo-lhes um teto digno, o que se tem visto é uma população decepcionada com a maneira que o dinheiro público está sendo empregado: enriquecendo empresas que fazem construções de péssima qualidade e que, muitas vezes, ao serem chamadas para resolver os problemas por ela criados, dão as costas para o cidadão.

Diante do exposto, requiero a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos constitucionais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que preste o esclarecimento solicitado.

Sala das Sessões, em de novembro de 2012.

Deputada Carmen Zanotto

PPS/SC